

DEFICIÊNCIA AUDITIVA E PSICOLOGIA

PREUSS, Fernanda Carina; ROSA, Débora; LAZZARI, Sara Tainá; MACHADO, Vanuza.

Resumo

A Deficiência Auditiva, segundo Brito e Dessen (1997), é um tipo de privação sensorial que consiste na perda parcial ou total da audição, causada por má-formação – causa genética –, lesão na orelha e nas estruturas que compõem o aparelho auditivo, exposição a ruídos e também pelo envelhecimento. Na maioria dos casos a perda auditiva se desenvolve gradualmente e os sintomas são difíceis de serem identificados, falar resmungando, ter dificuldades ao ouvir outras pessoas, podem ser alguns sinais.

É muito importante salientarmos a diferença entre deficiência auditiva e surdez. Do ponto de vista clínico, o deficiente auditivo e o surdo se distinguem de acordo com o grau da perda de audição. Assim, deficiente auditivo é aquele que adquiriu durante a vida algum grau de perda auditiva mesmo que, em algum momento, tal perda se torne total. Na maioria dos casos, a pessoa já aprendeu a se comunicar por meio da linguagem oral e escutou os sons em algum momento. Já o surdo, por sua vez, tem total ausência de audição, ele não escuta nada e como consequência, ele aprendeu a se comunicar de acordo com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou outras formas de comunicação não verbais.

Existem vários tipos de perda que levam as pessoas a se tornarem deficientes auditivas, são elas: Perda auditiva condutiva: quando os estímulos, que são

as vibrações, não chegam até o ouvido interno nas células ciliadas, ou seja, ocorre uma interferência na condução do som. Perda neurossensorial: aqui o dano é especificamente nas células ciliadas, ocorre quando há uma impossibilidade de recepção do som, geralmente ocorre no processo de envelhecimento e é irreversível. Perda mista: aqui ocorre a perda da condução dos estímulos e também o dano nas células ciliadas, desta forma, quando a pessoa possui ambas as perdas: condutiva e neurossensorial. Perda neural: atinge o nervo auditivo e o córtex auditivo. Os sons são escutados, porém não chegam ao cérebro.

Segundo Carvalho e Redondo (2000), além dos tipos, há também os diferentes níveis de deficiência auditiva. Na audição Normal os limiares são entre 0 a 24 Db. Na Deficiência Auditiva Leve, os limiares são entre 25 a 40 dB. Na Deficiência Auditiva Moderada os limiares são entre 41 e 70. Na Deficiência Auditiva Severa os limiares são entre 71 e 90 dB. E Deficiência Auditiva Profunda os limiares ficam acima de 90 dB.

A deficiência auditiva pode ser tratada, mas a audição não pode ser restaurada. Na maioria dos casos, a perda auditiva é tratada com o uso de aparelho auditivo. Algumas perdas auditivas são tratadas com diferentes tipos de implantes e cirurgias podem curar alguns tipos de perda auditiva condutiva. Perda auditiva neurossensorial pode ser tratada, normalmente, com o uso de aparelho auditivo. Já a perda auditiva condutiva pode ser tratada com procedimento cirúrgico ou através de remoção do entupimento auditivo. Em alguns casos, se faz necessário o uso de aparelho auditivo ou implantes. A perda auditiva súbita pode ser tratada imediatamente e o tratamento, com frequência, envolve o uso de esteróides.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um conjunto de formas gestuais utilizada por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e outras pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes. Ela tem sua origem baseada na linguagem de sinais francesa e é um dos conjuntos de sinais existentes no mundo inteiro com o propósito de realizar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Segundo Ramos (2009, p. 10) os sinais são formados a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, esse lugar pode ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. As articulações das mãos são chamadas de parâmetros. Nas Línguas de Sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros: configuração das mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial e/ou corporal.

Na combinação destes cinco parâmetros tem-se o sinal. Falar com as mãos é, portanto, combinar estes elementos que formam as palavras e estas formam as frases em um contexto. (RAMOS, 2009, p.11). No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais foi estabelecida através da Lei nº 10.436/2002, como a língua oficial das pessoas surdas.

Há uma grande necessidade no desenvolvimento efetivo da implantação de uma psicologia mais inclusiva em todos os campos da sociedade, pois os surdos necessitam de apoio e compreensão como qualquer outro ser humano. Por mais que a sociedade idealize e/ou crie políticas públicas para que se ocorra a inclusão desses indivíduos no meio em que estão inseridos, eles ainda se deparam com muitas dificuldades e falta de entendimento por parte das outras pessoas. Assim, para Macêdo e Torres (p. 1660) pode-se caracterizar a Psicologia Inclusiva como um conjunto de ações de natureza política, cultural, social e terapêutica que visibiliza as diferenças e igualdade de direitos de todas as pessoas com deficiência, promovendo o acesso e permanência nos diferentes espaços sociais, sem discriminações.

Entende-se que a regulamentação da lei de Libras trouxe para a história um grande marco na luta por direitos da cidadania aos surdos brasileiros de forma positiva, mesmo assim, alguns indivíduos com deficiência auditiva ainda sofrem discriminação e, muitas vezes, exclusão por conta da sua deficiência. A Psicologia da Surdez diz respeito à preocupação de entender os diversos aspectos comportamentais e emocionais de indivíduos surdos, utilizando a psicoterapia para adentrar nas inquietações e medos dos

sujeitos que perderam a audição no passar do tempo, lembrando que o papel do psicólogo é tentar estimular o sujeito que o procura a se tornar autônomo.

Fica claro, portanto, a importância de a deficiência auditiva ser abordada, nos mais variados âmbitos. Entende-se que Os deficientes auditivos, têm a comunicação como barreira e desafio central para serem plenamente incluídos nos espaços de sociabilidade e interação entre si e com os ouvintes. E na abordagem do tema, não pode-se desconsiderar a diversidade dentro da própria deficiência: há quem faça uso da Libras, há quem faça leitura labial e ainda há aqueles que recorrem aos implantes e aparelhos auditivos. Portanto, é necessário conhecer essa população. E a psicologia tem um papel muito importante dentre todo esse contexto, visibilizando as diferenças e igualdade de direitos de todas as pessoas com deficiência, promovendo o acesso e permanência nos diferentes espaços sociais, sem discriminações.

REFERÊNCIAS

BRITO, Angela Maria Waked; DESSEN, Maria Auxiliadora. Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. Ribeirão Preto: Paidéia, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100009>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, Josefina Martins; REDONDO, Maria Cristina da F. Deficiência Auditiva. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000345.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MACÊDO, Ludmilla da Silva; TORRES, Cláudia Regina Vaz. Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas. 1º seminário luso-brasileiro de educação inclusiva, Salvador. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018

RESUMO EXPANDIDO

RAMOS, Cléia Regina. LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros. Arara Azul, Petrópolis, 2009. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Email: fernandapreuss45@hotmail.com